
**DO INL À DIGITAIZAÇÃO DE ACERVOS:
BREVE PANORAMA DA BIBLIOTECA PÚBLICA NO BRASIL**

**FROM INL TO DIGITAL COLLECTIONS:
AN OVERVIEW OF THE HISTORY OF THE PUBLIC LIBRARY IN BRAZIL**

**Valéria da Silva Medeiros¹
Núbia Régia de Almeida²
Braz Batista Vas³**

Resumo: O artigo passa em revista as políticas públicas para a leitura no Brasil para formar, a partir da ênfase nas iniciativas referentes à biblioteca, recortar um panorama das políticas para bibliotecas públicas no Brasil, da Era Vargas ao Plano Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE) e ao Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), recuperando seus antecedentes históricos. Através da sistematização de textos e obras de autores que se dedicaram a esta pesquisa relativamente recente com o objetivo de divulgar a trajetória de nosso objeto e criar um público leitor/pesquisador para o mesmo, chegamos à situação atual para então apontar para as perspectivas da biblioteca diante do desafio do uso e incorporação das inovações tecnológicas, conforme prevê o PNLL.

Palavras-chave: *políticas públicas para a biblioteca, Plano Nacional do Livro e da Leitura, digitalização de acervos bibliográficos.*

Abstract: The article reviews the policies for reading in Brazil to form, emphasizing the initiatives regarding the public library in Brazil, from its uncertain beginnings during the government of Getúlio Vargas (1937-54), the Military Dictatorship (1964-1985) up to the current National Plan for Books and Reading (PNLL), recuperating its historical background. Based on works of authors who have dedicated their writings to this relatively recent field of research we aim at briefly evaluating the current situation from a historical perspective and presenting the challenges and prospects deriving from the task of incorporating technological innovations – required by PNLL.

Keywords: *public policy for the library, National Plan of Books and Reading, digital library collections.*

Introdução

Em memória, luminosa, de Ricardo Oiticica

Na abertura da 15ª Jornada Nacional de Leitura realizada em Passo Fundo (RS) no mês de agosto de 2013, o secretário executivo do Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), José Castilho Marques Neto, declarou em uma entrevista coletiva que a falta de leitura prejudica a economia. Segundo o secretário, encontra-se em andamento no Ministério da Cultura (MinC) uma pesquisa investigando "o quanto as empresas perdem com a não-

¹Doutora em Letras; Professora Adjunta do Curso de Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Araguaína, docente do Programa de Pós-Graduação: Ensino de Língua e Literatura; e-mail: medeiros.vs@hotmail.com

²Mestranda no Programa de Pós Graduação: Ensino de Língua e Literatura, Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus de Araguaína; e-mail: nubiaregia20@gmail.com

³ Doutor em História; Professor Adjunto do Curso de História da Universidade Federal do Tocantins (UFT); docente e vice-coordenador do Mestrado Profissional em Ensino de História – Campus de Araguaína; e-mail: brazbv@gmail.com

leitura", o que em sua opinião "prejudica a comunicação e o crescimento das instituições". (networkedblogs.com, 2013)

A leitura ocupa, desde a chamada Era Vargas (1937-55), lugar proeminente no discurso político, como forma de mitigar as desigualdades sociais e promover o crescimento moral, material, individual e coletivo. Nesse sentido, este trabalho propõe mapear desde as primeiras iniciativas de elaboração de uma política pública durante a era Vargas voltada para a biblioteca pública até os dias de hoje - entendida não apenas como um lugar onde se deposita livros, mas como bem definem Daniela Versiani, Eliana Yunes e Gilda Carvalho, na obra *Manual de reflexões sobre boas práticas de leitura*, como "um espaço que contribui para o encontro de leitores e suas leituras, nas variadas linguagens, suportes e formas de expressão, promovendo e incentivando experiências compartilhadas". (VERSIANI et alli, 2012, p. 133)

Primeiramente, é preciso conceituar o que sejam políticas públicas – entendidas no espaço destas laudas como

diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. (TEIXEIRA, 2002, p. 2)

Logo, para o autor, políticas públicas traduzem no seu processo de elaboração, implantação e execução, a mediação e o consenso dos diversos atores sociais e institucionais como condição para sua legitimação. Uma política pública deve considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios e, antes de tudo, ser submetida ao debate público. Caso contrário, esta se configura como uma Política Governamental. Mais ainda, ela reflete a visão política de quem a elabora. Em face dessa definição, passaremos agora a um breve mapeamento das políticas públicas para a leitura no Brasil, privilegiando em nosso caminho lançar luz sobre os investimentos dispensados à biblioteca pública desde a Era Vargas até o Plano Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE) e o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL).

Breve histórico sobre as bibliotecas públicas no Brasil

Portugal foi um dos países que institucionalizou severa censura aos livros por meio de instâncias para controlar as publicações, edições, distribuições e acervos. Em *A relação entre as bibliotecas públicas, bibliotecários e a censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão*, Bárbara Leitão investiga as consequências de tal censura, tais como as proibições de obras, a queima de acervos considerados "perigosos", a intimidação de autores, a formação de

sociedade com uma mente conservadora e preconceituosa. O conjunto de ações coercitivas, segundo a autora, "criou obstáculos para a evolução cultural e comprometeu a autonomia econômica conquistada com a expansão ultramarina". (LEITÃO, 2010, p. 72)

Durante o período colonial, essas medidas também se estenderam ao Brasil por meio de fiscalização das obras que aqui entravam. Esse cenário perdurou por longos anos impedindo o acesso da população aos livros e as bibliotecas públicas. A primeira biblioteca pública do Brasil, a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, foi inaugurada em 1808 e aberta ao público em 1814. Desse período até a Era Vargas, foram criadas mais algumas bibliotecas públicas estaduais e municipais com infraestrutura precária e falta de manutenção, fatos que podem ter contribuído para a demora de seu reconhecimento e legitimação pelo público brasileiro.

Era Vargas (1937-1954)

A Era Vargas se inaugura dentro de um contexto de crescente migração da população para o ambiente urbano. Isso ocorreu devido ao crescimento das indústrias que exigia o aumento da mão de obra de operários imigrantes, que por sua vez, vinham de seus países de origem contagiados com as ideias revolucionárias do período. Segundo Leitão, para manter a ordem o governo tornou "a censura objeto de decisões políticas que impactaram na criação de infraestrutura e quadros funcionais específicos para o tratamento burocrático da censura." (LEITÃO, 2010, p. 92) Portanto, para garantir a inibição de críticas ao governo e a manutenção da ordem, da imprensa e da importação de livros.

Para isso, a gestão governamental contava na ocasião com dois órgãos que se responsabilizavam pela regulação da circulação de ideias: o Departamento de Ordem Pública e Social (DOPs) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Ao primeiro, cabia censurar as ações culturais desenvolvidas por meio das rádios, da música, do cinema, da educação, da imprensa e de outras formas de manifestações culturais. O DIP tornou-se o órgão mais efetivo da Presidência da República porque a ele cabia a censura prévia a jornais, diversões públicas, serviços de turismo, além de uma intensa vigilância sobre o que se publicava. (LEITÃO, 2010, p. 112-113)

Em 1937 foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL) por meio do Decreto-Lei nº 93, na gestão do então Secretário de Educação e Saúde, Gustavo Capanema. As bibliotecas públicas foram incorporadas pelo INL e passaram então a fazer parte de um órgão governamental. O INL tinha como missão a edição de obras literárias consideradas de

interesse para a formação cultural da população, a elaboração de uma enciclopédia e um dicionário nacionais. No tocante às bibliotecas públicas, o Instituto foi incumbido de montar um projeto atualizado de bibliografia nacional e também de desenvolver as bibliotecas públicas. Porém, durante a Era Vargas, a prioridade do INL foi a "publicação de livros aprovados pela censura, especialmente os didáticos, estimulando o trabalho de editores e bibliotecas, contudo, sem desenvolver uma política pública para elas". (LEITÃO, 2010, p. 112) A criação de uma política pública para as bibliotecas garantiria uma certa autonomia administrativa, o que certamente não convinha a um governo totalitário. Já a publicação de livros apoiada pelo INL serviu ao propósito de difusão e o fortalecimento dos ideais do governo Vargas.

Embora o INL não tenha se preocupado com "as funções de assessoria e disseminação de informações adequadas às necessidades dos indivíduos usuários das bibliotecas", (PAIVA, 2008, p. 30) este órgão se destacou em termos quantitativos, pois em 1938 registravam-se 178 bibliotecas públicas em todo o país. Ao final de 1945 esse número saltou para 332. Paiva relata também que nesse período foram distribuídos mais de 259 mil volumes, cerca de 781 por biblioteca. A preocupação do Instituto concentrou-se, portanto na ampliação do quantitativo de bibliotecas e acervos em detrimento da oferta ao leitor de mediação adequada para o acesso ao livro e o desenvolvimento dos hábitos de leitura. Entre 1937 e 1945 o INL foi dirigido por alguns intelectuais renomados no país. Primeiramente, a direção do Instituto foi entregue ao escritor, Augusto Meyer. Posteriormente, Sérgio Buarque de Holanda e Mário de Andrade também estiveram ligados ao INL. Vale ressaltar que até o final do Governo Vargas, em 1945, não foram concluídos nem o dicionário e nem a enciclopédia brasileira. Durante esse período houve uma abertura para edição de obras para temas e autores brasileiros. Estas, porém, estavam sujeitas à censura.

Durante o período compreendido entre 1946 a 1964 poucas foram as alterações no cenário das políticas públicas para as bibliotecas. Essa foi uma época marcada por várias transições de governos e cada qual tinha suas metas para o desenvolvimento do país no que se referia à infraestrutura. Em 1960 seria criada a Campanha Nacional do Livro (CNL), ligada ao INL, que tinha por objetivo formar o hábito da leitura e o desenvolvimento das bibliotecas. Todavia suas ações centraram-se novamente na distribuição de exemplares, apoio técnico às bibliotecas e convênio com as prefeituras. Em 1961 foi criado o Serviço Nacional de Bibliotecas (SNB) que, nas palavras de Marília Paiva,

tinha sua concepção mais ligada à política de bibliotecas e tinha, como objetivos, incentivar diferentes intercâmbios entre as bibliotecas do País, estimular a criação de sistemas regionais

de bibliotecas, e promover uma rede de informações bibliográficas que servisse a todo o território nacional. (PAIVA, 2008, p. 31)

Como vemos, manteve-se a preocupação com a edição, a distribuição e a circulação dos livros nas bibliotecas em detrimento de alguma ação que visasse a formação de leitores. Ou seja, embora a concepção do SNB possa ser considerada avançada para a época, este não conseguiu colaborar com o avanço das bibliotecas públicas que, por sua vez, mantiveram sua função de guardadora de livros sem conseguir contribuir efetivamente com a formação do hábito de leitura. Durante este período a censura ainda continuou por meio dos órgãos censores ora estaduais, ora federal.

Regime Militar (1964 a 1985)

No período conhecido na História contemporânea brasileira como Regime Militar, as bibliotecas públicas continuaram ligadas ao INL e passaram por três gestões. Cada uma delas apresentou diferentes planos e concepções a serem implementados, o que causou alguma descontinuidade durante o período no que diz respeito à biblioteca pública – pressupondo-se que houve alguma continuidade durante a Era Vargas, quando os primeiros indícios de uma política pública para a leitura, o livro e a biblioteca no Brasil podem ser observados.

Segundo Paiva (2007, p. 32-35) o primeiro gestor foi o general Humberto Pelegrino (1967 a 1969) que em 1967 teve acesso a um diagnóstico publicado sobre as bibliotecas públicas, realizado por intelectuais. Dentre os problemas identificados, constatou-se que os acervos advindos de doações estavam desatualizados, tinham localização inadequada e instalações precárias, além de deficiências de pessoal, de meios de conservação, de aparelhagem técnica, de serviços complementares e de comunicação e de cooperação.

Esse diagnóstico apontou ainda para a necessidade da criação de mais bibliotecas públicas visando a expansão da indústria do livro, além de sugerir a criação e manutenção, pelo Estado, de uma biblioteca pública em cada município, de modo a estimular e aumentar a produção de livros e o consumo de papel. Assim, o surgimento de novos escritores e a diminuição do valor do livro seriam favorecidos. Nesse cenário, observa-se a manutenção da preocupação com políticas voltadas na verdade para a edição de livros e não para a leitura e a biblioteca pública. Permaneciam, entretanto, comissões para avaliação do conteúdo das obras que se encontravam sob risco de, uma vez considerada inapropriada em relação ao ideário do governo militar, oferecer risco de perseguição política tanto para as editoras quanto para escritores, além de prejuízo financeiro. Este diagnóstico sugeriu também "a implantação e a manutenção de bibliotecas infantis, a criação de unidades culturais compostas de biblioteca e

discoteca, galeria e auditórios em bairros ‘desassistidos’”. (PAIVA, 2007, p.33) O aumento de bibliotecas públicas em localidades distantes, no entanto, provocou uma diminuição no quantitativo de acervos enviados pelo INL às bibliotecas de todo o país, já que muitas obras não atendiam às necessidades e ao gosto de algumas comunidades distantes - o acervo, elitizado, não interessava à maioria da população brasileira. Diante desse impasse, o INL priorizou e selecionou bibliotecas para receber tais acervos, de forma que muitas outras foram excluídas - inclusive bibliotecas escolares e universitárias.

Ao final da gestão de Humberto Pelegrino nota-se uma unificação da política de bibliotecas dentro do MEC. O INL absorve o Sistema Nacional de Bibliotecas, passando a coordenar exclusivamente a política de bibliotecas públicas. O caminho para a descentralização do Instituto se abre com "essa fusão associada às sugestões do diagnóstico preliminar de cultura". (PAIVA, 2007, p. 34) Foram criadas comissões regionais incumbidas pelo INL de cadastrar e elaborar planos para as bibliotecas solicitando recursos de diversas fontes para a implementação de melhorias nos serviços das bibliotecas. A descentralização altera o modelo de bibliotecas públicas, trazendo duas novas propostas: a das bibliotecas volantes (já utilizadas na década de 30 e 50) e a das unidades culturais, ou seja, uma biblioteca pública com sala Braille, laboratório de microfilmagem, museu da palavra, arquivo histórico, biblioteca infantil e discoteca. Tais ações vislumbravam as bibliotecas públicas como possíveis instrumentos de integração nacional – um eco bastante claro da noção da leitura como salvação nacional – que atravessou a Era Vargas sem se concretizar, como já dissemos.

A gestão de Maria Alice Barroso (1970 a 1974) registra mudanças físicas e estruturais, a começar pela transferência da sede do INL do Rio de Janeiro para Brasília. Segundo Paiva, essa transferência se deu apenas no âmbito da mudança física do prédio e de seus dirigentes, já que não houve transferência dos arquivos. Posteriormente, a política do livro é transferida da esfera cultural para a educacional. Os novos dirigentes concebiam a biblioteca pública como suporte para apoiar a educação formal dos estudantes. Por este motivo, são transformadas em bibliotecas escolares e a maior parte dos investimentos é destinada à aquisição de acervos que auxiliassem a pesquisa estudantil. As bibliotecas públicas passam a ser escolarizadas, assumindo uma função educativa em detrimento das funções cultural e informacional, deixando grande parte da população desassistida.

Ainda nessa gestão foi lançado o Programa Nacional do Livro (PNL), sob responsabilidade do INL. O PNL tinha então dois subprojetos: o do livro didático e o do livro

literário. A mudança fundamental no que tange ao INL é a adoção do regime de co-edição, segundo Ricardo Oiticica em *O Instituto Nacional do Livro e as Ditaduras: Academia Brasileira dos Rejeitados* (1997). A tese seminal de Oiticica, referência obrigatória nos estudos recentes sobre políticas públicas para a leitura, analisa documentos inéditos dos arquivos do Instituto e produz um minucioso e surpreendente exame crítico – cujo resgate faz-se necessário no conjunto de leituras em diversas linguagens (exposições, livros, documentários) – neste ano em que o Golpe Militar de 1964 completa 50 anos. No espaço dessas laudas, no entanto, nos deteremos à situação do livro e sua articulação com a situação da biblioteca que o legado generoso e inestimável de Oiticica – uma obra investigativa, instigante e iluminadora para a compreensão do período através da situação do livro.

"O estado praticamente renuncia à iniciativa editorial e subsidia o setor privado reservando-se o poder de veto", resume o autor. (OITICICA, 1997, p. 142) Ou seja, através deste convênio, o INL transferiu ao setor privado as edições. Todavia, só poderiam ser editadas as obras aprovadas por uma comissão do INL, "que censurou diversas propostas de publicação através de pareceres que introjetavam a repressão do período". (OITICICA, 1997, p. 2) Além disso, parte das tiragens eram reservadas para integrar os acervos de toda rede de bibliotecas em todo o território nacional. (OITICICA, 1997, p. 152) Desse modo, através do regime de co-edições, o Estado fortalece o setor privado enquanto beneficia o mercado editorial diminuindo os riscos de investimentos no setor, conforme observou Jaqueline Grammont. (GRAMMONT, 2005, p.4)

Sob essa nova orientação do trabalho, o INL une-se à área educacional, "incorporando livros didáticos, manuais de mão-de-obra (datilografia, enfermagem) e livros de leitura "intermediária" para os novos alfabetizados". (PAIVA, 2008, p. 36) Neste período o INL também criou um Programa de Treinamento Intensivo para Auxiliares de Biblioteca (PROTIAB), o Projeto Piloto de Bibliotecas do Estado de Pernambuco, o Projeto de Serviços Bibliotecários para a Região da Transamazônica, além de doar 25 veículos Kombi, adaptados com estantes e 1.500 livros cada, às unidades da federação através de convênios.

O último gestor do programa de bibliotecas públicas do Regime Militar foi o escritor Herberto Sales (1974 a 1985) que inicia sua gestão com a proposta de reedição de obras que pudessem resgatar uma bibliografia brasileira fundamental. Logo em seguida, transfere o Programa do Livro Didático do INL para a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), o que causa ao Instituto perda de poder, prestígio e recursos. (PAIVA, 2008, p. 38) Em 1976, Herberto Sales cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP),

subordinando o mesmo à coordenação do INL. acordo com o projeto do SNBP, cada estado poderia criar o seu Sistema Estadual de Biblioteca Pública (SEBP). Fazia-se necessário, porém, elaborar o projeto e submetê-lo à análise e aprovação do INL, que então providenciaria a criação de um convênio entre o INL e a Instituição estadual responsável pelo respectivo SEBP. A criação dos SEBPs propiciou a descentralização do planejamento e da coordenação do Sistema Nacional, uma vez que os SEBPs deveriam enviar ao INL relatórios anuais e informações sempre que solicitados.

O Programa Nacional do Livro teve continuidade com ênfase na promoção do livro enquanto abria espaço para a implantação de novas bibliotecas. Herberto Sales priorizou em sua gestão a preservação e difusão da cultura brasileira, investindo no fornecimento de acervos literários através de obras editadas ou co-editadas ao invés de publicações utilitárias. A destinação de recursos específicos para o setor de bibliotecas viria a tornar-se o marco mais importante dessa gestão, que ampliou o serviço de extensão bibliotecária através dos carros-bibliotecas e caixas-estantes destinadas a atender a população de escolas rurais, hospitais, asilos e presídios. Em 1979, com o objetivo de "inventariar, classificar, conservar, proteger, restaurar e revitalizar os bens culturais e naturais do País", foi criada a Fundação Pró-Memória. (PAIVA, 2008, p. 40) O INL foi integrado à fundação, acentuando ainda mais a perda de recursos do órgão. No que diz respeito às bibliotecas, a Fundação Pró-Memória concentrou esforços nas questões relativas à preservação, conservação e difusão dos acervos bibliográficos.

Enfim, Ricardo Oiticica coloca como ponto de partida para a análise crítica, em sua tese, "*apesar ou por causa de um contexto ditatorial*", o Estado brasileiro não promove o desenvolvimento do objetivo principal do Instituto, frustrando as iniciativas previstas quando de sua criação:

(...) sob governos ditatoriais durante a metade de sua existência, o INL não conseguiu implantar o projeto considerado primordial, o INL não conseguiu implantar o projeto considerado primordial no decreto de sua criação pelo Estado Novo – a Enciclopédia Brasileira; sob o regime de co-edição durante o regime militar, o INL censurou diversas propostas de publicação (obras de João Ubaldo Ribeiro, Moacyr Scliar, Sérgio Sant'Anna, entre outras) através de pareceres que introjetavam a repressão do período, (OITICICA, 1997: p. 1)

Abertura Política (1985) e década de 1990

Durante o curto período de 1985 a 1989, o INL passou por duas gestões. O primeiro gestor, o escritor Fábio Lucas, deu continuidade em seu mandato à política do livro como política para as bibliotecas públicas. Já seu sucessor, o embaixador Wladimir Murinho, desenvolveu uma política de bibliotecas autônomas. A Lei Sarney, nº 7.505 de 1986,

estimulou incentivos a doações ou patrocínios a instituições e realização de eventos culturais e artísticos, além de favorecer a captação de recursos para desenvolver os acervos das bibliotecas públicas. A aquisição de periódicos para as bibliotecas foi uma novidade para o período, uma vez que aquisição de livros imperava há décadas. Outras novidades apontadas por Marília Paiva (2008) são as novas tendências incorporadas nos serviços das bibliotecas públicas, como informação utilitária e centros de cultura e convivência.

Em 1987, com a criação da Fundação Nacional Pró-Leitura, através da Lei de nº 7.624, tanto o INL quanto a Biblioteca Nacional passaram a integrá-la, havendo um melhor equilíbrio das funções de armazenamento do INL e de disseminação das bibliotecas. Observa-se também que houve um fortalecimento dos Serviços Estaduais de Bibliotecas Públicas, que a partir de então descentralizou o processo de seleção, passando a incluir os periódicos entre as doações às bibliotecas.

A Fundação Nacional Pró-Leitura foi extinta pela Lei nº 8.029 em 12 de abril de 1990, pelo então Presidente da República, Fernando Collor de Melo. Além da Fundação, o INL é extinto e suas atribuições, acervo, receitas e dotações orçamentárias foram transferidas para a Fundação Biblioteca Nacional. Em 1991 a Lei Sarney foi substituída pela Lei nº 8.313, conhecida como Lei Rouanet, elaborada pelo então Secretário de Cultura, diplomata, ensaísta e cientista político Sérgio Paulo Rouanet. Com objetivos amplos e englobando todo o setor cultural, a Lei tinha o intuito de

garantir o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais; promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais; apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores; proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional; salvaguardar a sobrevivência e o florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade; preservar os bens culturais de valor universal, formadores de conhecimento, cultura e memória; e, priorizar o produto cultural originário do País. (PAIVA, 2008, p. 72)

O propósito de atingir estes objetivos levaram à criação do Programa Nacional de Apoio a Cultura (Pronac), com a função de captar recursos por meio do Fundo Nacional de Cultura (CNIC), de forma que essa captação ocorreria por meio de incentivos fiscais concedidos pelo governo às empresas e pessoas físicas por meio de descontos no imposto de renda, com o limite de até 4% para empresas e 6% para pessoas físicas. Esses recursos seriam destinados a patrocinar projetos culturais credenciados pelo governo. A Lei Rouanet, a princípio muito celebrada pelos intelectuais por entenderem que seria uma forma de suprir os déficits de recursos na área cultural, recebe posteriormente "várias críticas quanto a sua eficácia e à concentração das ações nas regiões Sudeste e Sul". (2006, p. 187) Isto ocorre

porque nessas regiões há uma concentração das maiores empresas, que por sua vez, procuram financiar projetos locais, o que não beneficia grande parte da população brasileira carente do acesso a esses bens culturais. A Lei Rouanet não pode ser considerada como uma política pública para as bibliotecas, uma vez que as bibliotecas são entidades governamentais, e por isso não podem usufruir de seus benefícios. (2008, p. 74)

Em 1992, com a criação do Programa de Incentivo à Leitura (Proler) por meio do decreto 519 de 13/05/1992, sob a coordenação do teatrólogo Francisco Gregório e da professora Eliana Yunes, e também com o ressurgimento em novo contexto do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) por meio do decreto nº 520, ambos vinculados à Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e, ainda vigentes, as bibliotecas públicas voltaram a figurar no cenário das políticas públicas. Tanto o Proler quanto o SNBP visam favorecer o acesso ao livro e a outros materiais de leitura, e também fortalecer as bibliotecas e os serviços desenvolvidos pelos servidores destas instituições. Todavia, para que o SNBP tivesse êxito era necessário a consolidação dos Sistemas Estaduais de Bibliotecas Públicas (SEBPs), cujos sistemas nem todos os Estados da federação conseguiram consolidar e gerenciar satisfatoriamente. Isso impactou diretamente na gestão do SNBP, que dependia das informações e do bom gerenciamento dos Estados para obter o êxito desejado em suas ações. O Proler privilegiou, em alguns momentos, as bibliotecas escolares em detrimento das públicas. Entretanto, depois do INL "o Proler viria a ser o grande programa de fomento e incentivo à leitura no país, incluindo ações para bibliotecas públicas, embora com grande descontinuidade, principalmente a partir dos governos seguintes". (PAIVA, 2008, p. 77)

Em 1994, no governo do então Presidente Itamar Franco, o MEC - destituído no governo anterior e novamente instituído - criou o Programa Nacional de Bibliotecas do Professor, com duas linhas básicas: a aquisição e distribuição de acervos bibliográficos; e a produção e difusão de materiais destinados à capacitação dos docentes. Itamar Franco também recriou o Ministério da Cultura (MinC), que por sua vez, criou a Secretaria do Livro e da Leitura (SLL). À medida que o MinC se fortaleceu, as ações do Proler e SNBP se enfraquecem, devido à divisão de recursos.

Durante o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso os programas implantados pelo MinC "Uma biblioteca em cada município" (1996) e "Livro Aberto", tinham como meta instalar em cada município brasileiro uma biblioteca pública, objetivo que também já havia sido idealizado pelo INL e SNBP. Para a autora "alguns objetivos e ações desses dois programas confundem-se entre si e também com as funções do SNBP e do Proler,

que também existiam nesse período". (PAIVA, 2008, p. 81) O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) foi criado pelo MEC em 1997, por meio da portaria Ministerial nº 584, de 28/04/1997, ainda em vigência, com os de fomentar as práticas da leitura e formação de professores e constituir os acervos das bibliotecas escolares por meio da aquisição e distribuição de obras de literatura brasileira e estrangeira, infanto-juvenis, de pesquisa, de referência, além de outros materiais de apoio a professores e alunos, como atlas, globos e mapas.

Em 1999, foi lançado o Programa Sociedade da Informação (Socinfo) foi lançado por meio do decreto nº 3.294/99. Esse programa é considerado o primeiro passo para implementação das bibliotecas digitais existentes nos dias atuais. Todavia para Paiva (2008), as bibliotecas públicas são citadas no documento somente dentro da ação "Conteúdos e identidade cultural" como forma de potencializar a democratização do acesso às tecnologias de informação e comunicação. A autora critica essa visão da biblioteca pública. Em seu entender a biblioteca pública,

como unidade de informação, é o lugar 'natural' para se colocar pontos de acesso gratuito à cultura do mundo e para se produzir identidade cultural local, (...) além de propiciar à comunidade o acesso a cultura escrita acumulada pela humanidade e a popularização da ciência. (PAIVA, 2008, p. 84-85)

As bibliotecas públicas a partir de 2000 e o PNLL

A Secretaria do Livro e da Leitura, vinculada ao MinC, institui em setembro de 2002 - em parceria com o Programa Sociedade da Informação, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) - o Cadastro Nacional de Bibliotecas, visando o gerenciamento do conhecimento sobre a realidade das bibliotecas brasileiras, o cadastro todas as categorias de bibliotecas, a emissão de certificado para as bibliotecas cadastradas e a criação de um catálogo virtual de bibliotecas brasileiras certificadas. (PAIVA, 2008) As informações disponibilizadas nesse cadastro propiciaram a definição de critérios para o investimento dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), direcionados especificamente para o Programa Fust-Bibliotecas. Segundo Marília Paiva, seus objetivos eram:

[...] incorporar ampla e definitivamente as bibliotecas brasileiras na Sociedade da Informação, ampliando o número de bibliotecas públicas conectadas à rede Internet e às outras; definindo padrões técnicos para área de bibliotecas e museus; e ajudando a compartilhar catálogos e acervos, automatizar os serviços das bibliotecas (...) e destinar recursos para a compra de equipamentos e conexão em rede e também promover a capacitação de pessoal envolvido com as bibliotecas. (PAIVA, 2008, p. 88)

Todavia, a falta de capacitação dos servidores e usuários, a consolidação efetiva de uma rede de bibliotecas públicas conectadas a internet contribuíram para a pouca utilização das informações do cadastro e dos recursos da internet e das novas tecnologias.

Em 2003 foi criada a Lei do Livro, que instituiu a política Nacional do Livro, considerada o primeiro grande marco legal das políticas para a biblioteca na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O intuito da lei era viabilizar a política pública do governo para o livro, a leitura e biblioteca, assegurando o direito ao acesso e uso do livro. Um ponto considerado importante dessa Lei refere-se ao artigo 18, em que o livro deixa de ser considerado material permanente para as bibliotecas públicas, o que desburocratiza seu controle permitindo dar "baixas".

No início de 2004 é lançado o Programa Fome do Livro, sub-intitulado Programa Nacional de Biblioteca Pública e Leitura. Seu intuito era o de "coordenar os esforços governamentais e da sociedade civil no sentido de integrar, otimizar e complementar ações públicas e privadas na área de bibliotecas públicas e leitura". (PAIVA, 2008, p. 95) Dentre as ações estava prevista novamente a implementação e implantação de bibliotecas públicas nos municípios onde estas não existissem, com a previsão de inaugurar bibliotecas públicas de qualidade, até 2006, em mais de mil municípios brasileiros.

Conforme Flávia Goullart Rosa e Nanci Oddone, uma outra política pública para as bibliotecas nesse governo foi a aprovação da Lei de desoneração fiscal, em 21 de dezembro de 2004, que isenta a "[...] a produção, a comercialização e importação de livros do pagamento do PIS/Cofins/Pasep, o que varia entre 3,655 a 9,25%". (ROSA; ODDONE, 2005, p. 189) Em contrapartida os empresários deveriam oferecer espontaneamente 1% sobre o resultado da venda de livros para criar o Fundo Pró-Leitura. Os recursos arrecadados seriam destinados a projetos de fomento à leitura, as bibliotecas e à própria indústria editorial. Com essa lei os editores, livreiros e distribuidores ficam isentos de qualquer tipo de taxa de impostos sobre operações com livro, em compensação o governo e a sociedade esperavam uma redução no preço do livro, o que na realidade não aconteceu.

Segundo as autoras, no mesmo evento e solenidade de publicação da Lei de Desoneração Fiscal, foi lançado o calendário do Ano Ibero Americano do Livro e da Leitura. No Brasil, o programa Vivaleitura, tinha como principal objetivo implementar políticas culturais que contribuíssem para combater os diversos tipos de analfabetismos e reverter os baixos índices de leitura da população. Vale ressaltar que o diferencial do Vivaleitura foi a disponibilização de uma consulta pública na Internet, através de *sites* para envio de questões,

propostas, sugestões e críticas. Consideramos que esta ação pode ser como o primeiro passo para a construção de uma política pública que envolvesse a participação da sociedade civil. Outro marco no setor das bibliotecas no ano de 2004 foi a criação do Grupo de Trabalho do Livro e da Leitura (GT), através da Portaria 234 do MinC, com o intuito de reunir, discutir e formular a política nacional do livro, leitura e bibliotecas e também coordenar a gestão de projetos e ações.

Em outubro de 2005, reuniram-se cinco entidades do Livro - Associação Brasileira de Difusão do Livro (ABDL), Associação Brasileira de Editores e Livreiros (Abrevelivros), Associação Nacional de Livrarias (ANL), Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL) e Câmara Brasileira do Livro (CBL), para a assinatura da ata de criação do Fundo Pró-Leitura, que visava gerar recursos com o arrecadamento de 1% do faturamento do setor livreiro para financiar projetos e programas de fomento à leitura, as bibliotecas e a própria indústria editorial. Os primeiros recursos recolhidos pelo fundo foram utilizados na veiculação de uma campanha de incentivo à leitura, com a participação em caráter voluntário dos atores globais Reynaldo Gianecchine e Cleo Pires. O objetivo da campanha era mostrar o livro como fonte de lazer e entretenimento. No entanto, segundo Goulart e Ordoni, a sofisticação do clip reforçou a ideia do livro como um lazer de elite, com títulos das obras e autores desconhecidos do público brasileiro.

Em 2005 o governo lança um documento intitulado "Política de Formação de Leitores" em que o MEC propõe, entre outras ações, a atuação junto as bibliotecas escolares, promoção de formação continuada dos professores e a instalação dos centros de leitura e multimídia no interior de algumas escolas. Também em 2005 é lançada a Câmara Setorial do Livro e Leitura que integra a Política de Câmaras Setoriais da Cultura, que são órgãos consultivos do Sistema MinC. Ainda em vigor, podemos destacar, no que se refere às bibliotecas públicas, a incumbência de:

[...] fornecer subsídios e formular recomendações para a definição de diretrizes, estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento da área do Livro, Criação, Leitura e Bibliotecas, em sintonia com os eixos centrais das políticas do Ministério da Cultura; contribuir para o avanço da Política Nacional do Livro (Lei nº 10.753/2003), com a finalidade de incluir todos os segmentos da população brasileira no circuito da cultura escrita, conferindo a estas uma dimensão de Política de Estado, estratégicas para a promoção da cidadania e do desenvolvimento nacional e propiciar a participação da sociedade civil no processo de definição do conjunto de metas e ações a serem priorizadas por essa política setorial, incentivando com isso um processo de diálogo contínuo para a construção e a avaliação da política da área. (MinC, 2014)

De acordo com o MinC, a Câmara Setorial do Livro e Leitura se constitui como espaço institucional de diálogo entre escritores, editores, livreiros, bibliotecários, educadores,

trabalhadores do setor, mediadores da leitura, pesquisadores, gestores, críticos, indústria gráfica e de papel, por intermédio de suas entidades representativas, organizações não-governamentais e o governo.

Como resultado de um amplo processo de discussões realizadas a partir de 2005, com a ativa participação do Ano Ibero-americano da Leitura - o Vivaleitura, em convenções, consultas públicas, seminários, congressos e reuniões de especialistas de inúmeros países, particularmente aqueles organizados pelo Cerlalc/UNESCO e pelo Comitê de Especialistas em Leitura e Biblioteca da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), surge em agosto de 2006 o primeiro Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) através da publicação da Portaria Interministerial Ministério da Educação / Ministério da Cultura, nº 1442. O PNLL considerado de fato uma política pública destinada à leitura e às bibliotecas devido a sua criação ser fruto da mediação entre atores da sociedade e do Estado, ainda em vigor e com objetivos que devem ser alcançados a curto, médio e a longo prazo, é um plano que transcende a imediatez. (BRASIL, 2013)

As ações previstas no Plano são articuladas em vinte linhas e distribuídas em quatro eixos principais: democratização do acesso; fomento à leitura e formação; valorização da leitura e comunicação; e apoio à economia do livro. As ações previstas para a biblioteca escolar estão dentro do eixo 1 - democratização do acesso que prevê a implantação de novas bibliotecas de acesso público, estaduais, municipais e escolares, com acervos que atendam ao mínimo recomendado pela UNESCO; o fortalecimento da rede atual de bibliotecas por meio de capacitação permanente de gestores e bibliotecários para promover a leitura e atualização dos acervos; a criação de sistemas de estatísticas das bibliotecas, conversão das bibliotecas em centros geradores de cultura; produção e desenvolvimento de tecnologias para a preservação de acervos, ampliação e difusão de bens culturais, como livros digitais, informatização de bibliotecas e bibliotecas digitais. (BRASIL, 2013)

A direção do Plano Nacional da Leitura e do Livro é composto por um Conselho Diretivo com representantes do MinC, MEC, de autores, de editores de livros e especialistas em leitura. Por uma Coordenação Executiva, também composta por membros do MinC, do MEC, da FBN e de entidades representativas de bibliotecários que compõem a Câmara Setorial do Livro. Na ocasião do lançamento ficou acordado que em 2007 os governos estaduais lançariam seus Planos, e até 2008, os municípios fariam o mesmo. Todavia nem todos estados e municípios conseguiram ainda lançar seus planos. Em seu artigo 7º o PNLL

prevê a consulta pública como forma de assegurar a participação e interatividade do setor público e da sociedade civil em sua implementação.

A Biblioteca Nacional, fundada em 1808, passou a constituir em 1984, com o INL, a Fundação Nacional Pró-Leitura. Em 1990, a Biblioteca Nacional, com sua biblioteca subordinada, a Euclides da Cunha, do Rio de Janeiro, e o Instituto Nacional do Livro, com sua Biblioteca Demonstrativa, de Brasília, passaram a constituir a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), hoje vinculada ao MinC, é a única beneficiária da Lei 10.994, de 14 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a remessa de obras à Biblioteca Nacional. O principal objetivo da lei do Depósito Legal seria assegurar o registro e a guarda da produção intelectual nacional, além de possibilitar o controle, a elaboração e a divulgação da Bibliografia Brasileira corrente, bem como a defesa e a preservação da língua e da cultura nacionais. (BRASIL, 2014)

Atualmente as bibliotecas públicas federais, estaduais e municipais são atendidas prioritariamente pelo PNLL vinculado ao MinC, e as bibliotecas escolares pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), vinculado ao MEC desde 1997. O PNBE assiste sistematicamente as bibliotecas escolares de todas as escolas públicas cadastradas no censo escolar, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sem necessidade de adesão das escolas de ensino público das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, no âmbito da educação infantil (creches e pré-escolas), do ensino fundamental, do ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA), provendo-as com o fornecimento de obras e demais materiais de apoio à prática da educação básica. (BRASIL, 2014)

Por meio do PNBE são distribuídos às escolas o PNBE do Professor, o PNBE Periódicos e o PNBE Temático - acervos compostos por obras de literatura, de referência, de pesquisa e de outros materiais relativos ao currículo nas áreas de conhecimento da educação básica, com vista à democratização do acesso às fontes de informação, ao fomento à leitura e à formação de alunos e professores leitores e ao apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor. A distribuição dos acervos de literatura ocorre da seguinte forma: em anos pares são distribuídos livros para as escolas de Educação Infantil (creche e pré-escola), anos iniciais do ensino fundamental e educação de jovens e adultos. Já em anos ímpares, a distribuição ocorre para as escolas dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Em 2012, o PNBE adquiriu e distribuiu às bibliotecas escolares obras em formato acessível Mecdaisy, que beneficia as pessoas com deficiência visual ou física, que podem ter acesso à leitura sob a forma de áudio e texto digital. (BRASIL, 2014)

O avanço dos acervos digitais

Em face do avanço e difusão de novas tecnologias e do objetivo delineado no primeiro dos quatro eixos de ação do PNLL (o uso e incorporação de tecnologias digitais) torna-se fundamental nos debruçarmos brevemente – em especial a partir das décadas de 1980-1990 – sobre a ampliação da estrutura da ‘internet’⁴ e do rápido crescimento da *worldwideweb*, cuja designação comum foi simplificada para ‘web’, o avanço da formação de acervos com a disponibilização de livros, revistas, artigos e demais obras via rede de computadores.

O crescimento da web se tornou, então, algo vertiginoso, em termos de disponibilização, via rede, de dados e informações, nos mais diferentes formatos, como áudio, vídeo, imagens, textos, e a combinação, praticamente ilimitada destes, convergindo para o crescimento exponencial de conteúdos, ainda em curso. A ideia de acervos vastos e ilimitados começava a tomar corpo por meio das infinitas potencialidades da web/internet.

Por conseguinte, o surgimento de acervos digitais, ao estilo das bibliotecas convencionais, pode ser considerando ao mesmo tempo uma continuidade e uma outra dimensão no desenvolvimentos destas. Uma continuidade por, geralmente manterem certa lógica organizacional na formação, organização e disponibilização de seus acervos, e uma outra dimensão por permitirem a difusão, por meio eletrônico/digital de diversos suportes/mecanismos de informação em diferentes plataformas (computadores, notebooks, tablets, celulares, e-readers, dentre outros).

Assim, vários nomes foram surgindo para designar a transposição do conceito de ‘biblioteca’ para o mundo da web/internet, como biblioteca digital, biblioteca eletrônica ou biblioteca virtual. Ao mesmo tempo, a ideia de livro também se adaptava a esse meio, através do livro eletrônico, do livro digital ou virtualizado.

Grandes projetos de composição de acervos virtuais de livros foram ganhando corpo e crescendo concomitantemente ao desenvolvimento da própria rede mundial, a exemplo de projetos que disponibilizam obras sem restrições quanto a direitos autorais, como o ‘Projeto Gutenberg’ (<http://www.gutenberg.org/>), ou, no caso específico do Brasil, do portal ‘Domínio Público’ (<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.jsp>).

⁴ A história da internet remonta ao período da Guerra Fria, com finalidades eminentemente militares. Somente após sua extensão as universidades, inicialmente as norte-americanas, que a sua expansão alcançou a população em geral, especialmente após 1990, a partir do trabalho do engenheiro inglês Tim Bernes-Lee, que desenvolveu interfaces gráficas mais dinâmicas e interessantes, passíveis de serem acessadas por navegadores mais amigáveis para o usuário.

O Portal Institucional www.bn.br foi lançado com o objetivo de consolidar a inserção da Fundação Biblioteca Nacional na sociedade da informação, a fim de permitir o acesso aos Catálogos em linha. Em 2006 foi criada a Biblioteca Nacional Digital (BNDigital) concebida de forma ampla como um ambiente onde estão integradas todas as coleções digitalizadas, colocando a Fundação Biblioteca Nacional na vanguarda das bibliotecas da América Latina e igualando-a às maiores bibliotecas do mundo no processo de digitalização de acervos e acesso às obras e aos serviços, via Internet. (BRASIL, 2014)

A Biblioteca Nacional Digital, vinculada a FBN é um sistema aberto, interconectado, e ao mesmo tempo voltado à preservação da memória documental brasileira. A BNDigital está internamente constituída por três segmentos: Captura e armazenagem de acervos digitais, Tratamento técnico e publicação de acervos digitais e Programas e Projetos de digitalização e divulgação. Para conseguir executar todas essas atribuições a BNDigital conta com uma equipe interdisciplinar, composta por bibliotecários, historiadores, arquivistas e digitalizadores. (BRASIL, 2014)

A Biblioteca Digital Mundial (<http://www.wdl.org/pt/>) e a Biblioteca Digital Americana (Digital Public Library of America - <http://dp.la/>) são exemplares da diversidade da oferta de informações e dados que extrapolam a simples oferta do texto escrito, oferecendo também conteúdos de museus, instituições de ensino e de pesquisa e organizações não governamentais dentre outras. Mesmo empresas de internet, com destaque para o Google, que ao modo de uma biblioteca mundial, disponibiliza uma vasta gama de periódicos, de variados idiomas, além de livros e demais publicações (<http://news.google.com/newspapers>).

Assim, a web/internet se tornou um grande repositório da memória e inteligências humanas, de modo que:

[...] A conexão entre memória virtual e inteligência, que parece ser um desafio gigantesco para as áreas de estudo de tecnologias de informação, especialmente as tecnologias semânticas, e para diversas outras áreas, guarda um papel determinante para os futuros serviços de informação, incluindo as bibliotecas. (SAYÃO, 2008, p. 4)

Esses acervos digitais fornecem a comodidade de poderem ser acessados vinte e quatro horas por dia, contanto que haja conexão à rede. Muitos desses acervos fornecem uma imensa quantidade de publicações em formato digital, sem nenhum custo para o usuário; distribuem muitos produtos e/ou artefatos que não poderiam ser reproduzidos e distribuídos em formato impresso; permitem rápida e fácil interconexão entre diferentes bibliotecas digitais ou acervos digitais; favorece a redução de custos de publicações e difusão e interação com o usuário/leitor.

Porém, de acordo com Roger Chartier:

[...] Continua existindo uma profunda brecha entre a obsessiva presença da revolução eletrônica nos discursos e a realidade das práticas de leitura, que continua estando, em grande medida, apegadas aos objetos impressos e que não exploram senão parcialmente as possibilidades oferecidas pelo digital. (CHARTIER, 2010, p. 63)

Qual seja, estas são facilidades que dependem de aparatos tecnológicos complexos, de infraestrutura de conexão estável e funcional, de suporte técnico constante, e, algo extremamente importante para viabilizar tudo isso que foi dito, que é o constante e crescente fornecimento de energia – geralmente elétrica – que mantém esses equipamentos de novas tecnologias da informação e comunicação funcionando.

Por fim, do espectro da biblioteca de Alexandria (séc. III a.C.) a oferta ainda caótica e fragmentada de informações e dados via web/internet, o conceito e a concepção de ‘biblioteca’ se alteraram profundamente e continuam a alterar, não só o suporte e o mar de informações, mas também a forma de se relacionar com a leitura e com as bibliotecas.

Considerações finais

Durante toda a existência do INL, desde sua criação 1937 até sua extinção 1990, embora tenha incorporado a função de zelar pelas bibliotecas públicas, suas ações e políticas eram notadamente destinadas à edição do livro em detrimento das bibliotecas públicas – e vale ressaltar, do leitor. A década 90 registra maior interesse na destinação de recursos e ações que considerassem também o sujeito leitor como parte do processo. A descontinuidade desta prática, bem como nos governos anteriores, é clara.

Em entrevista publicada no site do SinBesp no dia do Bibliotecário (12/3/2014) o Secretário-Executivo do PNLL, José Castilho Marques Neto, concedeu neste mês uma entrevista exclusiva ao *SinBesp Notícias* sobre resultados, avanços, biblioteconomia e naturalmente, bibliotecários. O diálogo do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Ministério da Cultura (MinC) acerca do livro e da leitura quebram 20 anos de silêncio entre estes órgãos. Neste período, “a Cultura trabalhava com a questão da leitura e das bibliotecas de maneira geral, e a Educação enquanto atividades escolares”. Além disso, o secretário contabiliza uma redução de 1.300 para 600 no número de municípios sem bibliotecas públicas. A condução da biblioteca a um papel central, a promoção da formação e atualização dos recursos humanos são os objetivos de um plano que é da sociedade brasileira e tem a intenção de ser política de Estado – pensando não apenas no conjunto livro, leitor e biblioteca mas elaborada com a participação dos diversos atores sociais - universidade, empresas,

organizações não governamentais e sociedade civil e ações realizadas nos diversos espaços sociais.

Finalmente, entendemos que o desafio no século XXI, a chamada sociedade do conhecimento, da informação, é formar leitores capazes de ler o livro do mundo – que preferimos denominar provisoriamente de um livro digital de infinitas possibilidades – através de estratégias que fujam à digitalização compulsória, contemplando os muitos Brasis e suas realidades e necessidades não redutíveis a modelos importados – a exemplo do processo de modernização no Brasil na passagem do século XIX para o XX – e em contextos totalitários.

Embora não tenha se debruçado sobre a biblioteca durante o Regime Militar, a tese de Ricardo Oiticica nos permite esboçar uma analogia. Podemos dizer que INL foi criado e extinto durante períodos ditatoriais (considerando sua extinção em 1990, cinco anos após o fim da Ditadura Militar). Durante sua existência, funcionou como um sismógrafo político, registrando os tremores significativos nas relações turbulentas entre Estado e leitura – que se propagam não apenas pela edição de livros, mas também pela biblioteca e a formação do leitor. Em última instância, o impacto sobre a vida cultural e educacional brasileira a partir das imbricações surgidas entre suas ações, objetivos e reformulação destes e instituições tona o Instituto Nacional do Livro um lugar onde se cristalizam as forças que moldaram as políticas públicas de leitura que herdamos.

Ou seja, entre o controlar e o democratizar, precisamos pensar a democratização do acesso ao livro e a cultura – e em última instância, pensar a democracia – não como ausência de cenários ditatoriais, para além da leitura, no mapa desigual de um país de dimensões continentais como já colocou Fabiano Santos Piúba, diretor do Livro, Leitura e Literatura do MinC. Mas é a partir desta premissa que trataremos do assunto em outra reflexão, que trilharemos oportunamente pelo caminho aberto pelos escritos de Ricardo Oiticica.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação / Ministério da Cultura. *Plano Nacional do Livro e da Leitura*. Brasília, dez. 2006. 47p. Edição atualizada 2010. Disponível em <<http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/04/PNLL.pdf>> . Acesso em 10 nov 2013.
- BRASIL. *Fundação Biblioteca Nacional*. Disponível em <<http://www.bn.br>> . Acesso em 18 jan 2014.
- BRASIL. *Histórico da Biblioteca Nacional Digital*. Disponível em <<http://bndigital.bn.br>> . Acesso em 18 jan 2014.
- BRASIL. *Programa Nacional da Biblioteca Escolar - PNBE*. Disponível em <<http://www.fnde.gov.br/programas/biblioteca-da-escola/biblioteca-da-escola-apresentacao>>. Acesso em 02 jan 2014.
- CALVINO, Italo. *Um general na biblioteca*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 74-79.
- CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

- GRAMMONT, Jaqueline. Políticas de promoção da leitura literária para a infância no Brasil: uma análise histórica. *15º Congresso de Leitura no Brasil*. Disponível em <http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais15/alfabetica/GrammontJaqueline.de.htm> Acesso em 12 de set 2013.
- LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. *A relação entre as bibliotecas públicas, bibliotecários e a censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão*. Tese (doutorado em Ciência da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- MARQUES NETO, José Castilho. *Entrevista*. Disponível em <<http://networkedblogs.com/OEaKr>>. Acesso em 18 de dez. de 2013.
- OITICICA, Ricardo. *Instituto Nacional do Livro e as Ditaduras: Academia brasileira dos rejeitados*. 270 f. Tese (Doutorado em Literatura: literaturas de Língua Portuguesa) - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- PAIVA, Marília de Abreu Martins. *Bibliotecas Públicas: Políticas do Estado Brasileiro de 1990 a 2006*. Dissertação (mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2008.
- ROSA, Flávia Goullart M. G.; ODDONE, Nanci. *Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca*. In Ci. Inf., Brasília, v. 35, n. 3, p. 183 - 193, set./dez. 2006.
- SAYÃO, Luis Fernando. Bibliotecas digitais e suas utopias. *PontodeAcesso*, Salvador, v.2, n.2, p. 2-36, ago./set. 2008. Disponível em <www.pontodeacesso.ici.ufba.br> Acesso: 10 fev. 2014.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. Associação de advogados dos Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR), 2002. Disponível em <[biblioteca virtual http://www.solarconsultoria.com](http://www.solarconsultoria.com)> Acesso em 08 de ago de 2013.
- VERSIANI, Daniela Beccaccia. YUNES, Eliana. CARVALHO, Gilda. *Manual de reflexões sobre boas práticas de leitura*. São Paulo: Editora UNESP; Cátedra UNESCO de Leitura PUC-Rio, 2012.